

DOSSIÊ

**CAPITAL SOCIAL,
JUVENTUDE E PANDEMIA:
OS CASOS DE CURITIBA-PR E
FLORIANÓPOLIS-SC**

*SOCIAL CAPITAL, YOUTH, AND PANDEMIC:
THE CASES OF CURITIBA-PR AND
FLORIANÓPOLIS-SC*

Jennifer Azambuja de Morais* 
Felipe Milanezi** 

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.
jennifer.amorais@gmail.com

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.
felipe_milanezi@hotmail.com

RESUMO

A pandemia da covid-19 aumentou as desigualdades enfrentadas no Brasil. Quando pensamos na juventude, sabemos que as aulas remotas e a falta de espaços físicos de socialização aumentaram as diferenças entre a qualidade do ensino público e do privado. Com isso, questionamos: quais os efeitos do isolamento social nos níveis de capital social dos jovens? Nosso objetivo é analisar os níveis de capital social dos jovens antes (2016) e depois da pandemia (2022), nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Partimos da hipótese de que o isolamento social corroeu ainda mais os baixos níveis de capital social existentes entre a juventude. Utilizamos o protocolo quantitativo, analisando os dados da pesquisa feita pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (Nupesal/UFRGS) com jovens de escolas públicas e privadas de ensino médio, em 2016 e 2022, nas cidades analisadas.

Palavras-chave: Capital Social; Juventude; Pandemia.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has increased the inequalities faced in Brazil. And when we think about youth, we know that remote classes and the lack of physical spaces for socialization have increased the differences in quality between public and private education. With this, we question: what are the effects of social isolation on the levels of social capital of young people? Our objective is to analyze the levels of social capital of young people before (2016) and after the pandemic (2022), in the cities of Curitiba-PR and Florianópolis-SC. We start from the hypothesis that social isolation further eroded the already low levels of social capital existing among youth. We used the quantitative protocol, analyzing data from research carried out by the Research Center on Latin America (NUPESAL/UFRGS) with young people from public and private high schools, in 2016 and 2022, in the analyzed cities.

Keywords: Social Capital; Youth; Pandemic.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a pandemia da covid-19 aumentou as desigualdades entre a educação pública e privada, reforçando as diferenças sociais, econômicas, digitais e no aprendizado. O isolamento social, que foi extremamente necessário, retirou os jovens do ambiente escolar e dos espaços de socialização físicos, colocando-os no ambiente virtual para as aulas remotas. Assim, para que a continuidade do sistema educacional se realizasse nesse período, foi necessária a rápida adaptação para o ambiente virtual por parte das escolas, bem como acesso à infraestrutura por parte dos professores e alunos. Isso, entretanto, não foi garantido a todos, especialmente aos alunos de escolas públicas periféricas.

Tal situação se agravou pela forma como os governos gerenciaram a crise sanitária, especialmente o federal, que minimizou os impactos pandemia. O ex-presidente Jair Bolsonaro fomentou o negacionismo em relação à doença, atacando a ciência, as universidades e todos a favor de medidas de combate à covid-19 e seus impactos. A falta de medidas efetivas contra a doença e suas consequências provocou uma crise sem precedentes no país.

Nesse cenário, era natural, para muitos jovens, a educação ficar em segundo ou terceiro plano, diante de familiares doentes, de pais desempregados e da falta de perspectiva para o futuro. O medo pela doença, as incertezas sobre o futuro e o rompimento de muitos laços sociais coletivos, pelo isolamento social, certamente contribuiu para aumentar as desconfianças interpessoal e institucional e o ceticismo com a democracia, bem como para diminuir os níveis de participação política.

Por isso, neste artigo objetivamos analisar os níveis de capital social dos jovens antes e depois da pandemia nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Testaremos a hipótese de que o isolamento social corroeu ainda mais os baixos níveis de capital social existentes

entre a juventude. Para alcançar o objetivo, utilizamos o protocolo quantitativo, analisando, de forma descritiva, os dados da pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (Nuposal-UFRGS) com jovens de escolas públicas e privadas de ensino médio, em 2016 e 2022, nas cidades analisadas.

Como pesquisadores do Nuposal, avaliamos importante registrar as dificuldades de se fazer pesquisa no país, que, com a pandemia, aumentaram. Essa pesquisa com jovens, coordenada pelos professores Marcello Baquero e Rodrigo González, e feita com recursos do Edital Universal de 2018 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), teve sua primeira onda aplicada em 2015/2016 nas cidades de Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC e Curitiba-PR. A segunda onda, planejada para 2019/2020, foi possível de ser aplicada na cidade de Porto Alegre, em 2019, e, quando fomos iniciar a coleta nas demais cidades, a covid-19 atingiu o país, fechando escolas e universidades. Mesmo com a reabertura das escolas, percebemos as dificuldades de acessar os alunos, pois muitas escolas, como protocolo, não permitiam a presença de pessoas externas. Diante disso, a adaptação do questionário impresso para o digital e a busca pelos alunos foram necessárias para que a pesquisa fosse aplicada em 2022. Resumindo, em 2016 foi aplicado questionário impresso, com a amostra feita por escolas, tendo 774 questionários aplicados em Curitiba e 571 em Florianópolis, enquanto, em 2022, devido à pandemia, o questionário foi aplicado on-line, com amostra feita por adesão, com 352 respostas em Curitiba e 271 em Florianópolis. Este registro justifica a escolha de analisar Florianópolis e Curitiba.

Pelas dificuldades enfrentadas para fazer pesquisa no Brasil, especialmente com a pandemia da covid-19, queremos agradecer aos pesquisadores do Nuposal pela persistência, às escolas de todas as

idades que nos abriram as portas e aos estudantes que responderam, além de ressaltar a importância das verbas disponibilizadas para este fim no país, pois o combate ao negacionismo só pode ocorrer a partir do fortalecimento da ciência e da educação.

A RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL E SUPERAÇÃO DE CRISES

Iniciamos esta seção concordando com Baquero (2013, p. 113), que diz que, em sistemas políticos instáveis, como é o caso do Brasil, o conceito de capital social assume importância fundamental em dois sentidos: “[...] em primeiro lugar porque nos alerta sobre a importância de trabalhar num sentido coletivo e, ao mesmo tempo, nos mostra que trabalho em equipe deve se dar num contexto horizontalizado”. O que vai ao encontro do que Putnam (1996) apontava sobre os altos níveis de capital social estarem relacionados com o desenvolvimento de uma região.

Para além da relação entre capital social e estabilidade democrática, estudos apontaram que a existência de altos níveis de capital social ajuda na recuperação de uma região após um desastre (econômico, ambiental, sanitário etc.) (PETTERSON *et al.*, 2006; BOETTKE *et al.*, 2007; HAWKINS e MAURER, 2010; DERYUGINA, KAWANO e LEVITT, 2014; ALDRICH e MEYER, 2015; RACKIN e WEIL, 2015; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018). Sabemos que, de forma geral, o foco das análises sobre recuperação, especialmente econômica, após uma crise, está em abordagens centradas na infraestrutura física, nos recursos individuais, e não nos recursos sociais e coletivos. Porém, conforme Aldrich e Meyer (2015), os investimentos nos recursos sociais e coletivos é o que gera resiliência. E estes dependem do comprometimento coletivo que os indivíduos têm com suas comunidades, da força dos laços sociais, da solidariedade

e reciprocidade entre os membros das comunidades e da confiança interpessoal e institucional.

As pesquisas que trabalharam com recuperação econômica após desastres e catástrofes ajudam no debate sobre a importância de altos níveis de capital social em uma região. Temos como exemplo os estudos sobre o Furacão Katrina, que atingiu mais de 200.000 casas na região litorânea do sul dos Estados Unidos em 2005 (PETTERSON *et al.*, 2006; BOETTKE *et al.*, 2007; HAWKINS e MAURER, 2010; DERYUGINA, KAWANO e LEVITT, 2014; ALDRICH e MEYER, 2015; RACKIN e WEIL, 2015; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018). Nessas análises encontramos duas abordagens: 1) a que trabalha com a importância das ações governamentais para a constituição de capital social (PETTERSON *et al.*, 2006; BOETTKE *et al.*, 2007; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018); e 2) a que evidencia que as comunidades com altos índices de capital social obtiveram um crescimento econômico mais forte (HAWKINS e MAURER, 2010; RACKIN e WEIL, 2015; ALDRICH e MEYER, 2015).

A atuação institucional, conforme as análises da primeira abordagem, impactou de forma determinante a recuperação econômica após o Furacão Katrina. Onde as instituições políticas, econômicas e socioculturais eram robustas (BOETTKE *et al.*, 2007) e onde as medidas emergenciais de apoio financeiro às famílias atingidas e políticas públicas de estímulo à retomada econômica foram priorizadas (WANG e GANAPATI, 2018), observou-se um aumento dos níveis de capital social, que produziram um sentimento coletivo e uma resiliência que facilitaram a retomada econômica das comunidades.

Em regiões onde já existiam altos níveis de capital social, conforme a segunda abordagem, as comunidades conseguiam superar os problemas ocasionados pelo desastre. Aldrich e Meyer (2015), ao analisarem diferentes desastres, reforçam essa abordagem, chamando a atenção para um recurso subutilizado que influencia fortemente a

resiliência no nível comunitário: o capital social. Ou seja, criar fortes laços com os vizinhos, saber o nome do síndico do condomínio e ter experiência em trabalhar com ONGs locais pode ser igualmente que ações somente econômicas em crises que aumentam as desigualdades existentes, pois ajuda a apoiar populações vulneráveis.

Diante dessas duas abordagens que relacionam o capital social com a superação, lembramos que o capital social, como outras formas de capital, pode ser gerado ou degradado. O foco da sociedade e seus governantes deve se voltar para aumentar nossa coesão social e aprofundar a confiança em nossas comunidades, pois o capital social pode ser, sim, um instrumento de reativação da economia e de diminuição de desigualdades sociais em momentos de crise (RACKIN e WEIL, 2015).

Conforme os estudos levantados, pode-se afirmar que o capital social desempenha papel decisivo no desenvolvimento econômico, inclusive em momentos de desastres que geram paralisia econômica e aumento de desigualdades sociais. Mas, obviamente, não se anula outras possibilidades de enfrentamento, apenas elucidam-se mais um instrumento produzido nas relações sociais: o capital social. Sabemos que os níveis de capital social são baixos em países emergentes, especialmente no Brasil, que apresenta baixos índices de participação e de confiança institucional.

Focando no Brasil, nosso capital social apresenta baixos níveis de participação política e altos níveis de desconfiança nas instituições políticas (BAQUERO, 2001, 2013; MOISÉS, 1995, 2013). Nesse sentido, Baquero e Morais (2021), ao analisarem o impacto da pandemia na construção de capital social, constataram que a redução dos espaços cívicos diminuiu a produção de capital social e minou as bases para a construção de uma cultura política assertiva no país. Com isso, os autores afirmam que, para o Brasil resolver os problemas gerados pela pandemia, é necessária uma solução inovadora, como o estímulo ao capital social no país, a partir do envolvimento amplo da sociedade.

Pensando nos jovens, que também foram impactados pela pandemia, especialmente em relação à educação, sabemos que estes também apresentam baixos níveis de capital social (MORAIS, 2021), o que justifica a necessidade de estudos que analisem os efeitos da pandemia nos níveis de confiança interpessoal, confiança institucional e participação política, para que possamos pensar como superar os problemas ocasionados pela covid-19.

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E PANDEMIA

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconheceu que o surto de pandemia de coronavírus impactou o sistema educacional no mundo, e mais de 1,5 bilhão de jovens estudantes em 195 países foram afetados pelo fechamento de escolas (UNESCO, 2020). Essas instituições, em sua maioria, não estavam preparadas para realizar suas atividades nas plataformas digitais e on-line, que foram a solução para a continuidade das aulas. O impacto no sistema educacional se deu em países de diferentes níveis de renda (WAJDI *et al.*, 2020), mas os países em desenvolvimento sofreram mais, tendo maior declínio econômico com o fechamento de escolas (HALEEM, JAVAID e VAISHYA, 2020). O espaço físico foi substituído pelo virtual, as interações sociais pelas telas de computador ou celular.

É indiscutível que o ensino a distância era uma solução para dar continuidade ao sistema educacional e diminuir a propagação do vírus. No entanto, conforme apontam Tadesse e Muluye (2020)¹, isso é um desafio nos países em desenvolvimento, especialmente entre as

¹ Os autores também destacam que os estudantes na maioria das áreas rurais podem ser forçados a sustentar totalmente suas famílias na criação de gado e na agricultura. Além disso, as alunas de famílias de baixa renda e áreas rurais podem estar em maior risco de abuso sexual, trabalho forçado e casamento precoce.

famílias pobres, analfabetas digitais e com níveis educacionais mais baixos, pois crianças com pouca motivação para aprender² sofrem mais nessa situação, e isso aumenta a desigualdade.

Por isso, os debates sobre a eficácia das aulas remotas para o desenvolvimento e habilidades sociais dos alunos, sobre o aumento das desigualdades entre escolas públicas e privadas, o acesso às aulas por parte dos alunos (seja por falta de equipamentos ou de internet), o treinamento dos professores para ministrar aulas on-line, a adaptação de plataformas para fornecer aprendizado personalizado, os reflexos na saúde psicológica dos alunos e professores, entre outros, estão presentes nos estudos pós-pandemia. Independentemente do debate, o principal foco, nas ciências humanas, está no aumento das desigualdades sociais, econômicas, educacionais e culturais que a pandemia gerou como fechamento de escolas.

Sabemos que os grupos mais vulneráveis receberam o maior ônus nesses aspectos, devido à recessão econômica, ao desemprego, à insegurança no atendimento à saúde e, no caso de famílias com jovens em idade escolar, à falta de infraestrutura para aulas remotas. Levantamentos em outros países indicaram que o fechamento das escolas, além de ter se traduzido em diferentes condições de acesso à educação a distância, significou, para as classes econômicas mais baixas, a fome (FORD, KWON e TSOTSOROS, 2021³; SEPÚLVEDA, 2020⁴), o que certamente distanciou ainda mais os alunos das periferias da instituição escola e aumentou diferença na formação entre escolas públicas e privadas.

² Essa falta de motivação pode ser a falta de infraestrutura, falta de apoio da família, falta de um ambiente tranquilo para estudar, como também falta de alimentos e segurança.

³ Estudo nos EUA. Conforme dados de uma publicação no *The New York Times*, para a população menos abastada, além de não frequentar a escola, o fechamento destas gerou fome agravada pela recessão econômica, desemprego e trabalho precário: das 30 milhões de crianças nos Estados Unidos que consomem merenda escolar, 22 milhões são de baixa renda, habilitadas para refeições gratuitas ou a preços reduzidos (NIERENBERG e PASICK, 2020).

⁴ Estudo no Chile.

Em um estudo sobre os impactos da pandemia nas crianças, Gupta e Jawanda (2020) resumiram os aspectos positivos e negativos. Nos positivos é possível destacar: desenvolvimento de novas habilidades educacionais, desenvolvimento pessoal, construção de autoconfiança, consciência de uma doença desconhecida, maior convivência familiar e desenvolvimento de sentimentos humanitários e empatia. Enquanto nos negativos, o destaque está na educação: total falta dela, perda de qualidade, ênfase nos resultados, aprofundamento do fosso entre ricos e pobres. Mas as autoras também destacam a ansiedade e a frustração face ao futuro, a falta de atividade física, o isolamento social, o *cyberbullying*, a exploração sexual, o abuso de substâncias, a violência doméstica e o trabalho infantil.

Complementando este debate, Gomes *et al.* (2021)⁵ apontam que as fraturas sociais, internacionais e intranacionais, detectadas pelas teorias atuais, foram amplamente expostas nesse período de covid-19. Os autores reafirmam que, além da doença, outras crises se desenvolveram, como o empobrecimento e a violência, pois, em geral, a população teve perdas; no entanto, os menos privilegiados foram submetidos a um fardo maior. Por isso, para Gomes *et al.* (2021, p. 574), “[...] *countries cannot repeat past mistakes or try to restore Education as it was before, since the circumstances are different*”⁶. Ou seja, é necessário se pensar na educação e na juventude neste pós-pandemia, para que as desigualdades sejam diminuídas, para que os efeitos sejam amenizados e para que se reconstrua uma nova sociedade a partir da crise vivenciada no mundo.

Esse debate é fundamental, pois os jovens naturalmente já experimentam o medo e as incertezas em relação ao seu futuro; com a covid-19, isso foi multiplicado. A perda dos espaços físicos impacta também o processo de

⁵ Os autores fizeram um levantamento da literatura especializada para elencar os impactos da pandemia na educação, bem como nos estudantes, nos professores e nas famílias.

⁶ Os países não podem repetir erros do passado ou tentar restaurar a educação como era antes, pois as circunstâncias são diferentes (tradução dos autores).

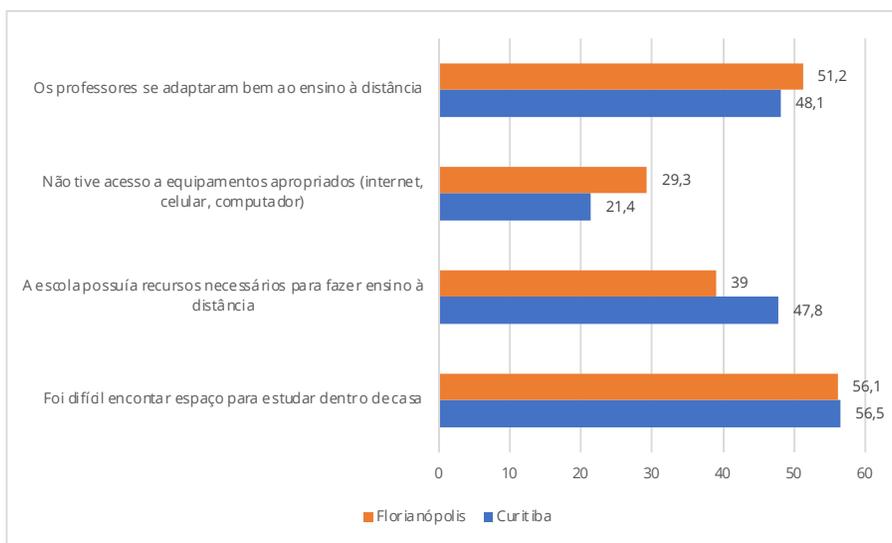
socialização política, ou seja, a troca de valores e crenças entre os jovens com seus pares e com seus professores. A escola não é só um espaço de conteúdo, mas também de interações que impactam as atitudes e os comportamentos. A juventude foi afetada não só pelo vírus em si, mas também pela ação ou não ação dos governos frente aos efeitos nocivos dessa crise. Assim, voltando para a área da Ciência Política, os estudos sobre socialização política com esse público para compreender os efeitos do isolamento são importantes.

Enquadrando nosso debate no Brasil, é importante lembrar que a pandemia de covid-19 teve seu início em março de 2020, com as cidades e estados adotando regimes de restrição de circulação de pessoas e de funcionamento de atividades. Inicialmente ocorreu a suspensão das aulas, ainda na expectativa de que o período de isolamento social seria breve. Entretanto, com a demora em mudar o contexto de saúde pública e a necessidade de se retomarem as aulas, estados e municípios adotaram alternativas às aulas presenciais, com uso de emissoras públicas de televisão e, especialmente, de plataformas virtuais de ensino. Ao longo de 2020, majoritariamente, as aulas ocorreram em formato remoto, e as desigualdades sociais se expressaram na dificuldade de acesso e de equipamentos adequados para a realização de aulas, conforme relatado nos estudos apresentados sobre outros países. Em paralelo a isso, houve problemas com as plataformas utilizadas, bem como dificuldades pedagógicas decorrentes da limitação do formato e da falta de preparação dos profissionais da educação para lidar com os desafios do período. Já em 2021 e 2022, as escolas foram retomando aos poucos o formato presencial, tendo de lidar com as readequações, os cuidados sanitários, bem como a defasagem no aprendizado de conteúdo ocorrida ao longo do período sem aulas e de ensino remoto.

Então, para a juventude, os desafios do isolamento social também estão presentes no seu desenvolvimento, seja pela qualidade da educação, seja pela falta de espaços físicos para as interações sociais. Diante das

colocações feitas, apresentamos as avaliações dos jovens de Curitiba e Florianópolis, no ano de 2022: primeiro, sobre a infraestrutura e adaptação dos professores, bem como as avaliações da educação; em segundo, avaliação das instituições durante a pandemia; e, por fim, o impacto econômico na vida dos jovens e suas famílias.

Gráfico 1. Acesso à infraestrutura e adaptação dos professores ao ensino remoto (%)



n Cur = 207; n Flo = 417. Fonte: Nuposal (2022).

Conforme o Gráfico 1, mais da metade dos jovens entrevistados teve dificuldade de encontrar espaço para estudar dentro de casa (56,5% em Curitiba e 56,1% Florianópolis), ou seja, a adaptação do ambiente na maioria dos casos foi necessária. Essa dificuldade, que certamente não foi solucionada em muitos lares, pode ter ocorrido pela falta de

⁷ As questões trazidas nesta seção estavam mais ao final do questionário on-line aplicado. Como muitos jovens não responderam até o final, tivemos uma perda significativa na amostra inicial para as questões sobre covid-19.

espaço e de material adequado (mesa, cadeira), ou até mesmo pela falta de silêncio e necessidade de adequação de horários, já que mais membros da família também poderiam estar com aulas em casa ou em trabalho remoto.

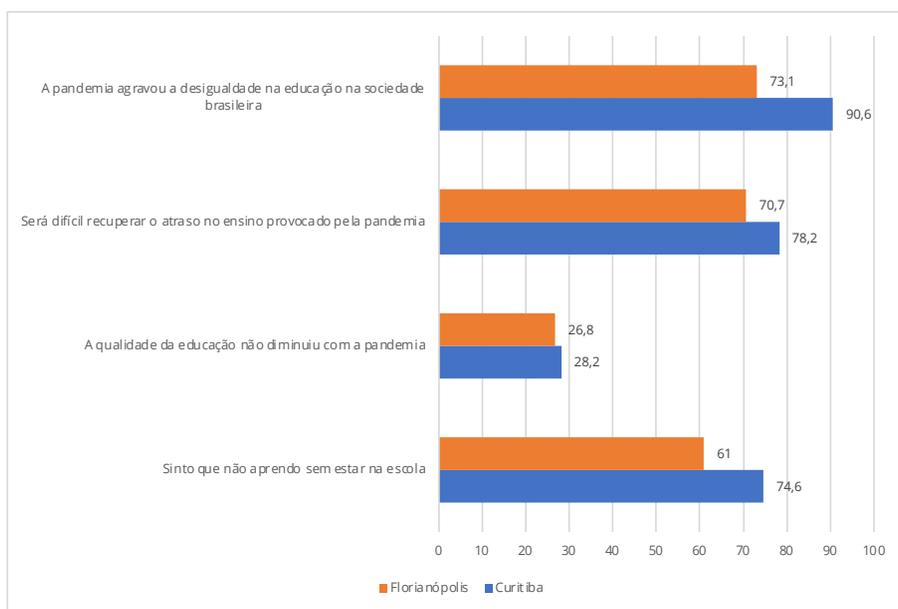
Com relação à infraestrutura da escola, 47,8% em Curitiba e 39% em Florianópolis apontam que esta não tinha os recursos necessários para fazer o ensino à distância. Aqui é importante ressaltar que as escolas privadas aderiram mais rapidamente ao uso das plataformas digitais para o ensino remoto, pois podiam, com recursos próprios, adquirir o equipamento necessário; no entanto, as escolas públicas dependiam da ação do estado ou município. Enquanto não se tinha esse espaço virtual, muitos professores optaram por disponibilizar materiais impressos para seus alunos. Nesse sentido, dos jovens entrevistados, 48,1% e 51,2%, em Curitiba e Florianópolis, respectivamente, perceberam que os professores se adaptaram bem ao ensino à distância. Tanto as escolas quanto os professores tiveram que encontrar soluções para dar continuidade às aulas, e na percepção dos alunos, as dificuldades, para ambos, foram altas.

Conforme as pesquisas apontadas anteriormente (TADESSE e MULUYE, 2020; GUPTA e JAWANDA, 2020; GOMES *et al.*, 2021), a desigualdade na educação foi reforçada durante a pandemia, começando pela falta de acesso à infraestrutura adequada para acompanhar aulas remotas. Conforme os dados do Gráfico 1, 21,4% dos entrevistados em Curitiba e 29,3% em Florianópolis apontam não ter tido esse acesso. Ressaltamos que essa porcentagem certamente é mais baixa do que a realidade, pois os jovens que responderam esse questionário tinham acesso à internet e algum equipamento. E mesmo nessa situação, quase 30% indicam esse como um dos problemas enfrentados.

Com relação à percepção dos jovens sobre a qualidade da educação e seu processo de aprendizado, é possível afirmar, com base nos dados do Gráfico 2, que a pandemia agravou a desigualdade da educação na

sociedade brasileira e diminuiu a sua qualidade, bem como provocou um atraso na aquisição de conhecimentos e uma sensação de não aprendizado fora da escola. Mais de 70% dos jovens, em ambas as cidades, percebem de forma negativa os efeitos do ensino remoto na educação e no aprendizado. Tais dados vão ao encontro do que a literatura já apontou (HALEEM, JAVAID e VAISHYA, 2020; TADESSE e MULUYE, 2020; FORD, KWON e TSOTSOROS, 2021).

Gráfico 2. Percepção sobre a educação e o aprendizado (%)

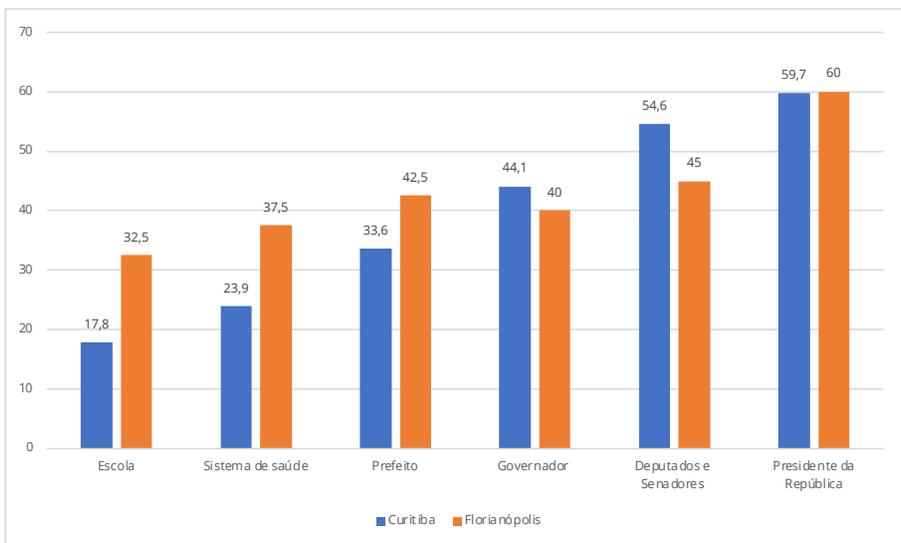


n Cur = 207; n Flo = 41. Fonte: Nuposal (2022).

Somando-se a essas percepções negativas, o Gráfico 3 mostra as avaliações negativas dos jovens em relação à atuação das instituições durante a pandemia (as porcentagens apresentadas são a soma das respostas *ruim* e *péssima*, numa escala que também tinha *ótima*, *boa* e *regular* como opções de resposta).

Podemos perceber que as avaliações negativas se concentram na atuação dos políticos, especialmente do presidente da República, com quase 60% em ambas as cidades. A escola e o sistema de saúde apresentam avaliações negativas mais baixas, mas ainda é importante destacar que uma porcentagem significativa dos entrevistados indicou ter essa percepção de atuação péssima ou ruim.

Gráfico 3. Avaliação negativa da atuação das instituições na pandemia (%)

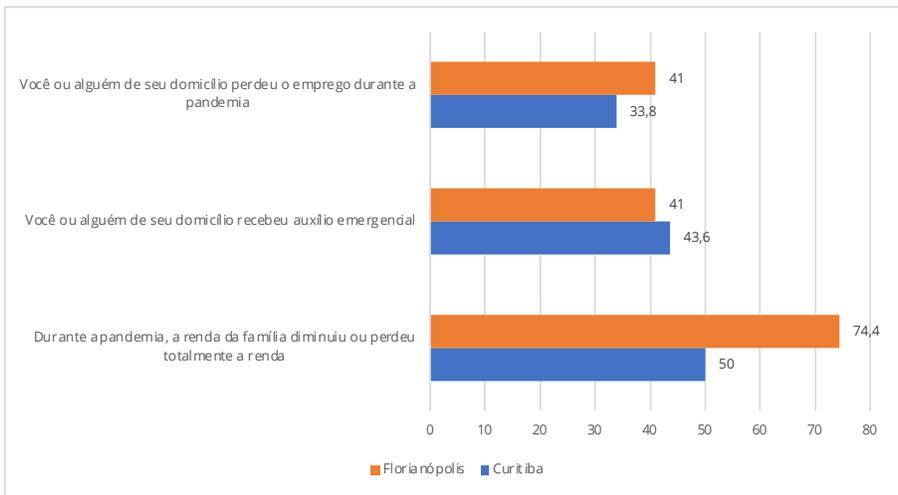


n Cur = 207; n Flo = 41. Fonte: Nuposal (2022).

As manifestações do ex-presidente Jair Bolsonaro em relação à pandemia da covid-19 foram de negação da doença e da ciência, bem como de minimização dos seus efeitos em todas as áreas. Enquanto governo, as ações para conter a propagação da doença, para resolução dos problemas econômicos dos mais vulneráveis e para aquisição de vacinas foram praticamente inexistentes. Isso se refletiu em uma parcela da população brasileira, que também reproduziu em

suas atitudes e comportamentos uma negação da gravidade da crise enfrentada, pois muitos acreditavam ser apenas uma “gripezinha” (como o próprio ex-presidente falou publicamente) e não usaram máscara ou se mantiveram em isolamento quando possível.

Gráfico 4. Impactos econômicos (%)



n Cur = 207; n Flo = 41. Fonte: Nupesal (2022).

Conforme o Gráfico 4, os impactos econômicos da covid-19 atingiram uma parcela significativa da população brasileira. Segundo a imagem, os jovens indicam que a renda da família diminuiu (50% dos entrevistados em Curitiba, 74,4% em Florianópolis), que alguém do domicílio perdeu o emprego (33,8% em Curitiba e 41% em Florianópolis) e que alguém do domicílio recebeu auxílio emergencial (43,6% em Curitiba e 41% em Florianópolis). Tais resultados reforçam o argumento de que a economia, especialmente dos mais vulneráveis, que necessitavam de agilidade na aprovação e distribuição do auxílio emergencial, é ponto central para uma avaliação negativa do governo federal.

O levantamento das percepções e avaliações negativas sobre os efeitos da pandemia não é uma novidade, como resgatamos nas pesquisas sobre a temática. Mas fazer este registro, mesmo que de forma descritiva, é relevante para que possamos pensar a educação e a necessidade de atuação do Estado, neste pós-pandemia, no sentido de amenizar as desigualdades e fortalecer a constituição de capital social na juventude. Na próxima seção, vamos analisar os impactos da pandemia nos níveis de confiança interpessoal, confiança institucional e participação política dos jovens entrevistados.

O CAPITAL SOCIAL DOS JOVENS ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA

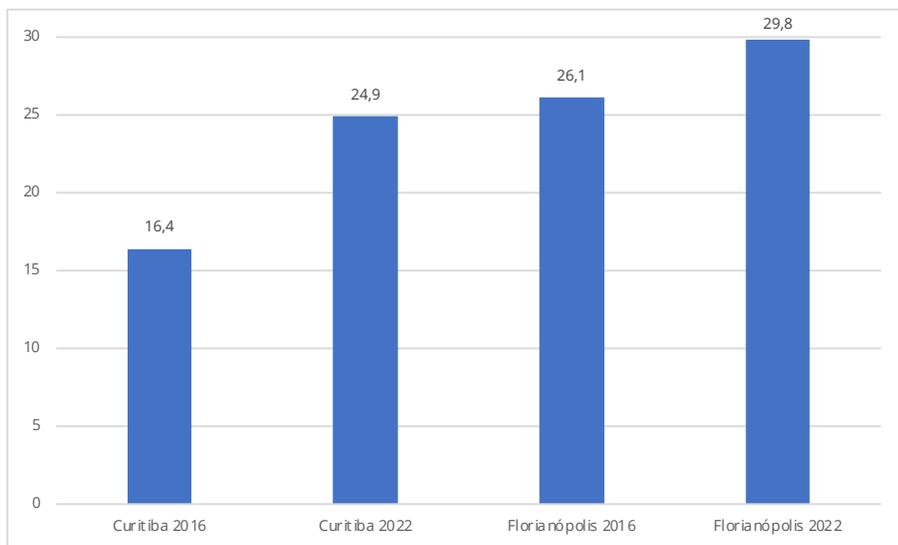
Pela revisão feita, consideramos importante a existência de altos níveis de capital em uma sociedade, não só para sua estabilidade democrática (PUTNAM, 1996), mas, também, para superar esse momento pós-pandemia (ALDRICH e MEYER, 2015; RACKIN e WEIL, 2015; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018), especialmente entre os jovens, que precisam superar as dificuldades enfrentadas na educação e nos seu processo de socialização.

Por isso, nesta seção, vamos analisar os níveis de capital social dos jovens antes (2016) e depois da pandemia (2022), nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Apresentamos dados sobre interesse por política, voto, confiança e participação política. As análises são descritivas, pois, devido à pandemia, a amostra da pesquisa nessas duas cidades, feita em 2022, foi reduzida, como apresentado na introdução deste artigo.

Iniciamos com o interesse por política dos jovens e se votariam caso o voto não fosse obrigatório.

Apesar de o interesse por política ser baixo, podemos perceber, conforme os dados do Gráfico 5, que houve um pequeno aumento no interesse dos jovens em ambas as cidades. Curitiba aumentou cerca de 8%, e Florianópolis, 3%. Esse aumento pode estar embasado no aumento de debates políticos pelas redes sociais, por 2022 ter sido ano eleitoral, entre outros motivos. Não podemos fazer uma relação direta entre a covid-19 e o aumento do interesse por política, pois esse pode ser um aumento momentâneo. Mas é indispensável fazer esse acompanhamento dos jovens para verificar possíveis mudanças na cultura política depois da crise sanitária.

Gráfico 5. Interesse por política (%)

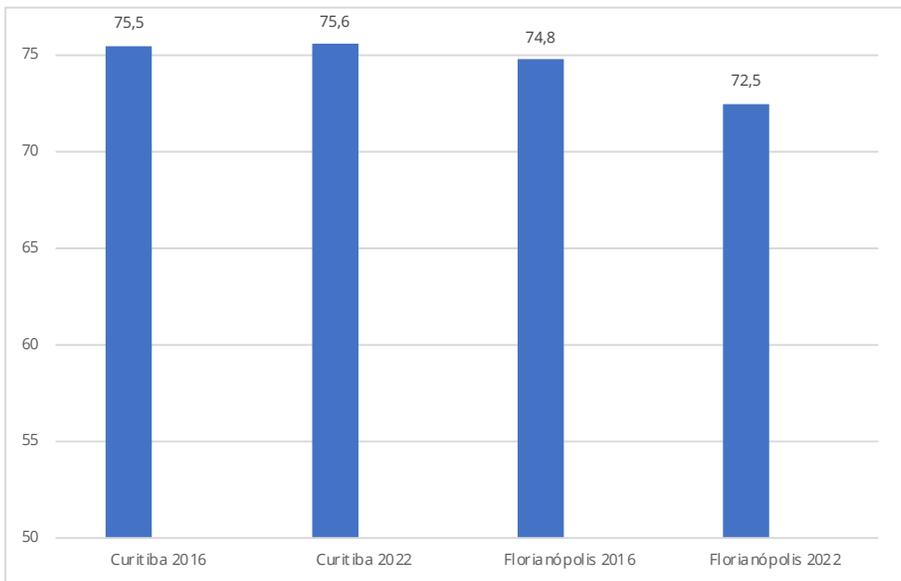


n CUR 2016 = 774; n CUR 2022 = 350; n FLO 2016 = 556 n FLO 2022 = 238. Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Sobre a intenção de votar caso o voto não fosse obrigatório, como nos mostram os dados do Gráfico 6, em ambas as cidades não é possível notar uma diferença significativa nos dois anos. Em Curitiba

a intenção de votar passou de 75,5% em 2016 para 75,6% em 2022. Já em Florianópolis, diminuiu de 74,8% para 72,5%. Destacamos que, em 2022, foi feita uma campanha pelo Tribunal Superior Eleitoral, políticos e *digital influencers* para que os jovens fizessem seu título de eleitor, o que teve sucesso, pois muitos jovens entre 16 e 18 anos se fizeram aptos a votar nesse ano. Mesmo o interesse por política entre os jovens não sendo muito alto, eles afirmam que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. Ou seja, os jovens percebem a importância de votar em uma democracia.

Gráfico 6. Votaria se o voto não fosse obrigatório (%)

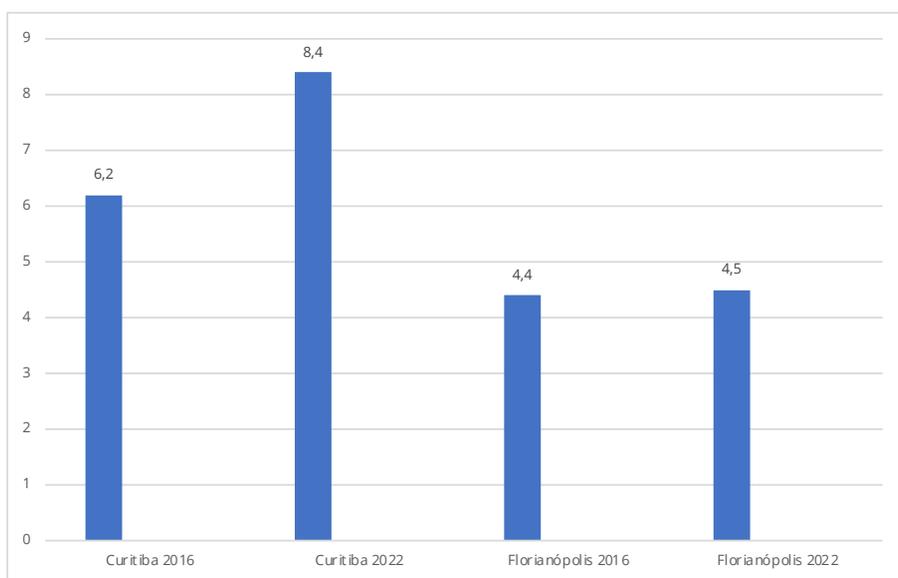


n CUR 2016 = 770; n CUR 2022 = 349; n FLO 2016 = 555; n FLO 2022 = 237. Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Os dados do Gráfico 7 podem ser um dos motivos pelos quais os jovens não se interessam muito por política, pois, como se vê, eles não acreditam que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta

no país. É baixíssima a porcentagem que acredita que a opinião da população é considerada, sendo 6,2% em Curitiba em 2016, e havendo aumento para 8,4% em 2022, e 4,4% em Florianópolis em 2016, e 4,5% em 2022. O aumento entre as duas ondas não foi significativo, ou seja, o jovem continua avaliando que a opinião das pessoas não importa no país.

Gráfico 7. A opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país (%)

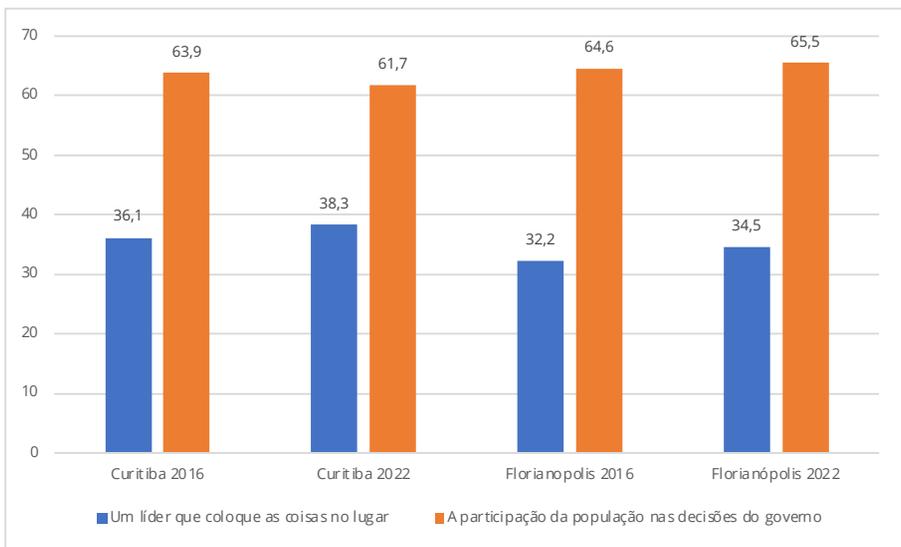


n CUR 2016 = 774; n CUR 2022 = 347; n FLO 2016 = 550; n FLO 2022 = 237. Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Até o momento, os dados apresentados sobre cultura política não indicam impactos da pandemia no processo de socialização política ao ponto de alterar suas opiniões e atitudes. A seguir, analisamos as variáveis referentes ao capital social: participação política e confiança interpessoal e institucional.

Ao serem questionados sobre qual a melhor solução para resolver os problemas no país, mais de 60% dos jovens, em ambas as cidades e nas duas ondas, indicam a participação política da população nas decisões do governo – o que reflete um nível médio a alto de participação em nível atitudinal, ou seja, se avalia a participação como uma ação importante em um país. No entanto, ainda é preocupante que mais de 30% dos jovens optem por “um líder que coloque as coisas no lugar”, apontando para um valor autoritário em uma porcentagem significativa da juventude entrevistada.

Gráfico 8. Qual a melhor solução para resolver os problemas do país? (%)



n CUR 2016 = 765; n CUR 2022 = 346; n FLO 2016 = 556; n FLO 2022 = 232. Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Apesar da diminuição nas porcentagens relativas à participação da população entre as ondas nas duas capitais, ela não é significativa, indicando, assim como nos gráficos anteriores,

uma manutenção nos valores dos jovens, incluindo a participação política em nível atitudinal.

A participação em nível comportamental, como podemos verificar na Tabela 1, é baixa, diferentemente do nível atitudinal. Ou seja, os jovens consideram a participação importante, mas não participam politicamente, nem mesmo nas atividades da escola e em atividades religiosas.

Tabela 1. Participação (%)

	Curitiba 2016	Curitiba 2022	Florianópolis 2016	Florianópolis 2022
Atividades na escola	22,2	24,6	34,3	36,4
Atividades religiosas	26,2	28,7	16,3	16,4
Partidos políticos	0,4	2,4	0,9	1,3
Movimentos sociais	6,1	10,3	10	13,5
Atividades no seu bairro	7,3	7,6	10,2	12,6
Manifestações, protestos e passeatas	8,2	8,3	13,7	17,6
Abaixo-assinados	7,6	11,1	11,6	15,8
Mobilizações organizadas nas redes sociais	12,3	12,5	18,9	19,5

n CUR 2016 = 774; n CUR 2022 = 347; n FLO 2016 = 571; n FLO 2022 = 242.

Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Apesar de percebermos um pequeno aumento de participação em todas as instituições entre 2016 e 2022, tanto em Curitiba quanto em Florianópolis, não podemos, novamente, atribuir como causa apenas a covid-19. Nos últimos anos, muitos fatos movimentaram o cenário político brasileiro e podem ter aumentado o interesse por política, como vimos no Gráfico 5, e os níveis de participação, tais como o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Luís Lula Inácio da Silva, a ascensão dos valores de extrema-

direita, conservadorismo e autoritarismo com o ex-presidente Jair Bolsonaro, entre outros fatos.

Conforme os dados da Tabela 2, percebemos que a confiança interpessoal (pessoas em geral, vizinhos e professores) diminuiu entre as ondas nas capitais, indicando que, mesmo com o aumento nas campanhas de solidariedade durante a pandemia, isso não impactou positivamente na confiança em relação às pessoas, especialmente em geral e nos vizinhos.

Em relação à confiança institucional, é possível perceber dois blocos. Em relação ao primeiro (composto por igrejas, partidos políticos, judiciário, forças armadas, escola, movimentos estudantis, conselho escolar [apenas em Curitiba], TV, jornal impresso/revista e rádio) houve uma diminuição nos níveis de confiança. Já em relação ao segundo, um aumento, estando ele composto por: presidente, governo federal, polícia, conselho escolar (apenas em Florianópolis), grêmio estudantil, associações comunitárias e internet.

Em 2016, a ex-presidenta havia acabado de sofrer um processo de *impeachment*, e Michel Temer assumido definitivamente a presidência, enquanto em 2022 estava na presidência Jair Bolsonaro. O aumento na confiança no presidente, governo federal e política indicam um aumento nos valores autoritários e conservadores defendidos por Bolsonaro. Enquanto o aumento da confiança em relação ao conselho escolar, grêmio estudantil e associações comunitárias pode indicar a ação que essas instituições tiveram durante a pandemia, com possíveis campanhas mobilizando a solidariedade entre os jovens. O aumento da confiança na internet pode ser pelo tempo que esta ferramenta ocupa no dia a dia dos jovens, tanto para entretenimento quanto para informação. Deve haver um cuidado no uso dessa ferramenta devido aos possíveis processos de manipulação através de fake news, bots

e bolhas virtuais que ela possibilita, e que certamente impactam a internalização de valores.

Tabela 2. Confiança interpessoal e institucional (%)

	Curitiba 2016	Curitiba 2022	Florianópolis 2016	Florianópolis 2022
Pessoas em geral	3,1	0,4	4,6	3,7
Seus vizinhos	4,1	2,8	8,4	7,2
Seus professores	34,4	32,8	34,9	34,4
Igrejas	43,9	25,2	20,1	19,1
Partidos políticos	0,4	0,4	0,9	0,7
Judiciário	14,3	11,1	9,3	8,1
Presidente	1,2	6,7	2,1	4,5
Governo Federal (ministros)	2,1	3,2	1,9	4,5
Polícia	15,1	18,9	14,9	15,4
Forças armadas	28,3	27,7	25,6	24,8
Escola	46,2	31,5	43,7	42,9
Movimentos estudantis	29,3	25,5	34,1	30,9
Conselho escolar	32,9	26,1	28,9	29,4
Grêmios estudantis da escola	23,1	24,6	19,3	20,4
Associações comunitárias	19,1	27,8	17,3	21,7
TV	3,4	0,4	5,5	4,6
Jornal Impresso/revista	6,5	0,4	6,4	4,6
Rádio	6,3	6,2	5,1	4,9
Internet	3,9	8,8	9,8	12,6

n CUR 2016 = 774; n CUR 2022 = 254; n FLO 2016 = 571; n FLO 2022 = 219.

Fonte: Nupesal (2016 e 2022).

Destacamos que as variações nos níveis de confiança, diminuindo ou aumentando, são baixas, não indicando mudanças significativas neste valor. Assim, apenas reafirma-se que os jovens continuam

desconfiados em relação aos seus pares e suas instituições políticas, o que constitui um risco para a estabilidade democrática, como apontado por Moisés (2013) e Baquero (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências da pandemia da covid-19 para a educação ainda são nebulosas, mas aos poucos novas pesquisas darão conta dos problemas enfrentados e dos novos desafios deles decorrentes. Neste artigo buscamos analisar os níveis de capital social dos jovens antes (2016) e depois da pandemia (2022) nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Reforçamos que, apesar das dificuldades para a coleta dos dados e a diferença no tamanho da amostra entre as ondas, uma análise descritiva dos dados é um passo inicial para a compreensão dos impactos da crise na juventude brasileira, por consequência da cultura política, capital social e até mesmo estabilidade democrática.

Apesar do aumento no interesse por política, percebido na indicação de votar mesmo não sendo obrigatório e nos níveis mais altos de participação política atitudinal, os jovens ainda apresentam baixa participação política comportamental e baixos níveis de confiança interpessoal e institucional. Ou seja, os níveis de capital social entre os jovens permanecem baixos, o que é um obstáculo para a superação dos problemas ocasionados pela pandemia, conforme estudos levantados (ALDRICH e MEYER, 2015; RACKIN e WEIL, 2015; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018).

Com isso, reforçamos a necessidade de o Estado fomentar o capital social, especialmente através da qualidade da educação, estimulando não só a confiança e a participação entre os jovens, mas o sentimento de pertencimento através de redes de solidariedade e ações de reciprocidade. O empoderamento do jovem é uma ação importante

para que possamos superar momentos de crise e diminuir as desigualdades socioeconômicas.

Sabemos das limitações deste artigo, por ser puramente descritivo, mas os dados apresentados ainda indicam um caminho a percorrer. Com isso, reforçamos a necessidade de novos estudos que acompanhem as variações nas atitudes e comportamentos dos jovens, para que movimentos antidemocráticos, marcados por valores conservadores, autoritários e intolerantes, tenham cada vez menos voz no país.

SOBRE OS AUTORES

Jennifer Moraes: Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL) e editora assistente da Revista Debates.

Felipe Milanezi: Doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFRGS), mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL).

REFERÊNCIAS

1. ALDRICH, Daniel; MEYER, Michelle. Social capital and community resilience. *American Behavioral Scientist*, v. 59, n. 2, p. 254–269, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764214550299>
2. BAQUERO, Marcello. *Qual democracia para a América Latina?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013
3. BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
4. BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Brasil pós-pandemia. Reconstruindo o capital social e uma cultura política assertiva. *Revista USP*, n. 131, p. 99–120. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i131p99-120>
5. BOETTKE, Peter *et al.* The political, economic, and social aspects of Katrina. *Southern Economic Journal*, v. 74, n. 2, p. 363–376, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20111972>. Acesso em: 23 jul. 2023.
6. DERYUGINA, Tatyana; KAWANO, Laura; LEVITT, Steven. The economic impact of Hurricane Katrina on its victims: evidence from individual tax returns. *American Economic Journal Applied Economics*, v. 10, n. 2, p. 1–46, 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20160307>. Acesso em: 23 jul. 2023.
7. FORD, Timothy; KWON, Kyong-Ah; TSOTSOROS, Jessica. Early childhood distance learning in the U.S. during the COVID pandemic: challenges and opportunities. *Children and Youth Services Review*, v. 131, p. 1–9. 2021. Disponível em: <https://researchconnections.org/sites/default/files/134021.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.
8. GOMES, Candido *et al.* Education during and after the pandemics. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, v. 29, n. 112, p. 574–594, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/qKJf3GyW4GFf7dVBRvBhXys/?lang=en>. Acesso em 10 jun. 2023.
9. GUPTA, Sonia; JAWANDA, Manveen. The impacts of COVID-19 on children. *Acta Paediatrica*, v. 109, n. 11, p. 2181–2183, July 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/apa.15484>
10. HALEEM, Abid; JAVAID, Mohd; VAISHYA, Raju. Effects of COVID-19 pandemic in daily life. *Current Medicine Research and Practice*, v. 10, p. 78–79, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32292804/>. Acesso em: 20 jun. 2023.
11. HAWKINS, Robert; MAURER, Katherine. Bonding, bridging and linking: how social capital operated in New Orleans following Hurricane Katrina. *British Journal of Social Work*, v. 40, p. 1777–1793, 2010. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1093/bjsw/bcp087>
12. MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In.: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.
13. MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. Bases socio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.
14. MORAIS, Jennifer Azambuja de. *Internet, cultura política e juventude no Brasil*. Curitiba: Appris, 2021.
15. NIERENBERG, Amélia; PASICK, Adam. Colleges closing: university outbreaks and parental angst. *The New York Times*, Aug. 19, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/08/19/us/colleges-closing-covid.html>. Acesso em: 23 jul. 2023

16. NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE A AMÉRICA LATINA (NUPESAL). *Democracia, valores políticos e capital social (Florianópolis e Curitiba)*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina, 2022.
17. NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE A AMÉRICA LATINA (NUPESAL). *Democracia, mídias e capital social*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina, 2016.
18. PETERSON, John *et al.* A preliminary assessment of social and economic impacts associated with Hurricane Katrina. *American Anthropologist*, v. 108, n. 4, p. 643-670, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4496510>. Acesso em: 23 jul. 2023.
19. PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
20. RACKIN, Heather; WEIL, Frederick. Social capital and the repopulation of New Orleans after Hurricane Katrina. In: ANNUAL MEETINGS OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, 2015. *Proceedings of the Annual Meetings of the Population Association of America*. San Diego, CA, 2015. p. 1-41.
21. SEPÚLVEDA, Paulina. Clases on line en los colegios más caros de Chile y la queja de los apoderados. *La Tercera*, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.latercera.com/que-pasa/noticia/clases-on-line-en-los-colegios-mas-caros-de-chile-y-la-queja-de-los-apoderados-hay-que-correr-bajaron-la-mensualidad-handsido-lentos/ZQCYXD6EMFFBNMPTKLRNY6UETI/>. Acesso em: 10 jun. 2023.
22. SMILEY, Kevin T.; HOWELL, Junia; ELLIOTT, James R. Disasters, local organizations, and poverty in the USA, 1998 to 2015. *Population and Environment*, v. 40, p. 115-135, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11111-018-0304-8>. Acesso em: 23 jul. 2023.
23. TADESSE, Seble; MULUYE, Worku. The impact of COVID-19 pandemic on education system in developing countries: a review. *Open Journal of Social Sciences*, v. 8, n. 10, 2020. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=103646>. Acesso em: 10 jun. 2023.
24. UNESCO. *UNESCO rallies international organizations, civil society and private sector partners in a broad Coalition to ensure #LearningNeverStops*. Mar. 26, 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/unesco-rallies-international-organizations-civil-society-and-private-sector-partners-broad>. Acesso em: 23 jul. 2023.
25. WAJDI, Muh *et al.* Education policy overcome coronavirus, a study of Indonesians. *Journal of Education and Technology*, v. 3, n. 2, 96-106, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29062/edu.v3i2.42>
26. WANG, Lili; GANAPATI, Nazife. Disasters and social capital: exploring the impact of Hurricane Katrina on Gulf Coast counties. *Social Science Quarterly*, v. 99, n. 1, p. 296-312, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/ssqu.12392>

Submissão em: 08 jul. 2023

Aceito em: 21 jul. 2023

